

## Reflexões sobre felicidade e infelicidade a partir das contribuições da Filosofia, Psicologia e Pedagogia

**Vladimir Fernandes<sup>1</sup>**

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3323-8990>

**Sandra Maria Fodra<sup>2</sup>**

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5957-2244>

**Mônica Cintrão França Ribeiro<sup>3</sup>**

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-1583-3040>

### Resumo

Este artigo discute diferentes visões sobre a felicidade por meio de pesquisa qualitativa, cujas reflexões partiram de uma revisão bibliográfica relacionada à Filosofia, à Psicologia e à Educação. O tema da felicidade tem inquietado a humanidade desde a antiguidade, pois todo ser humano parece estar sempre em busca de ser feliz. Ao longo da história, filósofos, psicólogos e pensadores têm se dedicado em explorar o assunto. Alguns países trazem o tema da felicidade em seus princípios constitucionais, como a declaração de independência dos Estados Unidos, que assegura a busca da felicidade como um direito inalienável. Atualmente, existem índices para mensurar o nível de felicidade das populações, que utilizam diversos indicadores, como os econômicos, os sociais, os subjetivos entre outros. Devido à complexidade do assunto, algumas perguntas persistem: o que é a felicidade? Como ela pode ser alcançada? É possível evitar a infelicidade? A educação pode contribuir para a construção de uma sociedade mais feliz? Com base nestes questionamentos sobre a ideia de felicidade e de infelicidade na sociedade contemporânea, consideramos que a educação tem um papel fundamental para o desenvolvimento da autonomia e aproximação com os elementos que compõem a felicidade, ou na medida do possível, consiga, pelo menos, evitar maior infelicidade.

**Palavras-chave:** felicidade; filosofia; psicologia; educação; projeto de vida.

### Abstract

This article aims to discuss different views on happiness through qualitative research, whose reflections started from a bibliographic review related to Philosophy, Psychology and Education. The theme of happiness has troubled humanity since ancient times, as every human being seems to be always looking to be happy. Throughout history, philosophers, psychologists and thinkers have been dedicated to exploring the subject. Some countries have the theme of happiness in their constitutional principles, such as the US Declaration of Independence, which guarantees the pursuit of happiness as an inalienable right. Currently, there are indices to

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade Estadual de São Paulo - FEUSP. Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP. Especialista em Sociologia e História do Trabalho pela Fundação Santo André - FSA. Membro do Grupo de Pesquisa "Políticas Públicas, Gestão e Formação de Professores" (UNIP-CNPq). E-mail: [profvladi1@gmail.com](mailto:profvladi1@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutoranda no Programa Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Formada em Comunicação Social e História, mestrado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica e especialização no Ensino de Ética, Valores e Cidadania pela Universidade de São Paulo. Participa do Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar na Universidade de São Paulo. E-mail: [sandra.fodra@usp.br](mailto:sandra.fodra@usp.br)

<sup>3</sup> Doutora e Mestre em Psicologia no Programa Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). Docente no curso de Psicologia da Universidade Paulista (UNIP). Membro do Grupo de Pesquisa "Políticas Públicas, Gestão e Formação de Professores" (UNIP-CNPq). E-mail: [monica.cintrao@hotmail.com](mailto:monica.cintrao@hotmail.com)

measure the level of happiness of populations, which use different indicators, such as economic, social, subjective, among others. Due to the complexity of the subject, some questions persist: what is happiness? How can it be achieved? Is it possible to avoid unhappiness? Can education contribute to building a happier society? Based on these questions about the idea of happiness and unhappiness in contemporary society, we consider that education has a fundamental role for the development of autonomy and approximation with the elements that make up happiness, or, as far as possible, achieve, at least, avoid further unhappiness.

**Keywords:** happiness; philosophy; psychology; education; life project.

## Introdução

A palavra felicidade tem origem no termo grego *eudaimonia* (εὐδαιμονία), que por sua vez é composto por duas palavras: “*eu*”, que significa *bem*, mais *daímon*, que significa *espírito*. Assim, *eudaimonia*, para os gregos antigos significava, por um lado, a condição de quem é assistido e protegido por um *bom espírito*, ou seja, seria como contar com a proteção de um *bom daímon*, ou um *anjo da guarda*, em termos mais atuais (LENOIR, 2016, p. 10). Mas, por outro lado, poderia significar, também, uma condição de contentamento, que perdura no espírito do homem que atinge a sabedoria (COBRY, 2007, p. 60).

Os dois entendimentos da *eudaimonia* não são excludentes, mas o primeiro revela a situação de quem foi agraciado pela *boa fortuna* ou *sorte*, podendo contar com um bom *daímon* protetor, independentemente de buscar ou não a sabedoria. O segundo entendimento implica em um esforço para atingir a sabedoria e, essa condição, trará como desdobramento a felicidade. É possível alguém contar com a proteção divina e ao mesmo tempo buscar a sabedoria, como parece ter sido o caso de Sócrates. Assim como é possível se esforçar para alcançar a sabedoria, mesmo não contando com a proteção divina, como parece ter sido o caso de alguns sábios que tiveram a vida marcada por vários infortúnios.

Os desdobramentos dessas questões iniciais propiciam várias outras: o que se entende, atualmente, por felicidade? Como ela pode ser alcançada? É possível evitar a infelicidade? Até que ponto a felicidade ou a infelicidade está em nosso poder? A educação pode contribuir para a construção de uma sociedade mais feliz? Com base nesses questionamentos, pretende-se refletir sobre a ideia de felicidade e de infelicidade na sociedade contemporânea, a partir de alguns aspectos das dimensões filosófica, psicológica e pedagógica. Não existe a intenção de apresentar um histórico dos autores que discutiram o assunto e sim trazer algumas questões relevantes sobre o tema, tendo como referencial Aristóteles, Freud, La Taille e Freire, e relacioná-las com a educação.

## O desejo de felicidade, segundo Aristóteles

Segundo Aristóteles, felicidade é o fim último que todo ser humano deseja. O estagirita, em *Ética a Nicômaco* (2014), entende que toda ação humana tem por objetivo alguma finalidade, algum bem. Por exemplo, pode-se fazer uma poupança para comprar uma casa própria, dedicar aos estudos visando se formar e ter uma profissão ou guardar algum dinheiro para realizar uma viagem nas férias. Assim, existe uma hierarquia de bens em que alguns são mais essenciais do que outros, porque enquanto alguns são buscados em função de outros, existem aqueles desejados por si mesmos, como por exemplo, a saúde, o prazer, a inteligência. Mas será que há um bem final? Existe um fim último superior que é buscado em função de todos os outros?

“Ora, a felicidade, acima de tudo o mais, nos ocorre como tal, uma vez que sempre a escolhemos por ela mesma e jamais como um meio para algo mais, enquanto a honra, o prazer, a inteligência e todas as virtudes”. Para Aristóteles, as virtudes são escolhidas por acreditarmos que elas podem contribuir com a nossa felicidade (ARISTÓTELES, 2014, p. 57).

Dessa forma, segundo o filósofo do Liceu, o fim último mais completo desejado por todos é a felicidade (*eudaimonia*). Mas a felicidade pode ser alcançada? A felicidade seria atingida com o acúmulo de dinheiro e bens materiais? A felicidade estaria nos prazeres sensuais? A felicidade se encontraria no poder e na glória? De acordo com Valls (2008, p. 30), Aristóteles afirmava que o homem é um ser muito complexo e necessita de vários bens para ser feliz, como a amizade, a saúde e até a riqueza. “Sem um certo conjunto de tais bens, não há felicidade humana. Mas é claro que há uma certa escala de bens, pois os bens são de várias classes, e uns melhores do que os outros (2008, p. 30).

Para conhecer melhor o que é a felicidade, na perspectiva aristotélica, e como ela pode ser alcançada, é necessário entender qual a função do ser humano. Por exemplo, a função de um tocador de harpa é produzir sons com perfeição, a função de um escultor é fazer esculturas bem-feitas, mas qual a função do homem? Pode-se recorrer a uma analogia como as funções de cada órgão do corpo humano, por exemplo, a função do ouvido é escutar, a função do olho é enxergar, mas qual seria a função do ser humano como um todo? Segundo Aristóteles, na explicação de Pegoraro (2006, p. 42): “Não será simplesmente o viver, pois os vegetais também vivem, se nutrem, crescem; nem será o sentir prazer e dor, pois esses sentimentos existem também nos animais; mas o pensar [...] é exclusividade do homem”. Conclui-se que é a atividade racional, o pensar é a função do homem e nisso consiste a sua felicidade.

A finalidade mais elevada do ser humano é uma atividade racional. Essa atividade é própria da condição humana, uma vez que apenas o ser humano possui uma alma racional. Segundo o estagirita, a felicidade é “uma atividade da alma que se ajusta à virtude perfeita” (2014, p. 73), dessa forma, faz-se necessário investigar a virtude para entender melhor como o ser humano pode atingir a felicidade.

O conceito virtude foi traduzido do latim *virtus*, que, por sua vez, tem origem no termo grego *aretê* e significa “excelência”, “mérito”. A virtude é a excelência na realização de um propósito, assim, qual seria a excelência do ser humano? Segundo Aristóteles: “a virtude (excelência) do ser humano será o estado que o torna um bom ser humano e também o que fará desempenhar a sua própria função bem” (2014, p. 91).

As virtudes intelectuais dependem da atividade do intelecto, enquanto as virtudes morais se relacionam à sensibilidade e ao instinto. São diversas as virtudes morais, porque distintas são as atividades humanas. Dessa forma, as virtudes morais seguem o critério da justa medida (mediania, *pragmatos meson*) balizadas pela temperança. Aristóteles parte da concepção que as virtudes morais estão relacionadas aos prazeres e a dores, e ao modo como lidamos com eles.

“De fato é devido ao prazer que realizamos ações vis e devido à dor que deixamos de realizar ações nobres” (2014, p. 85). Por isso a necessidade de se educar a gostar e não gostar das coisas, desde a infância, segundo o que é benéfico. A teoria freudiana que nos movemos pelo princípio de prazer, limitados pelo princípio de realidade, aparece já em Aristóteles, pois segundo o autor de *Ética a Nicômaco*: é “[...] graças ao princípio de prazer e à dor que todos nós, num maior ou menor grau, avaliamos as nossas ações. Em razão disso, eles são necessariamente a nossa maior preocupação” (2014, p. 87). De um modo geral, todo ser humano busca o prazer e quer evitar a dor, conforme retoma o estagirita, em outra passagem: “O prazer e a dor, com efeito, se estendem ao longo da existência inteira e exercem peso e influência relativamente à virtude e à vida feliz, visto que os seres humanos elegem o prazeroso e se

esquivam do doloroso” (2014, p. 357). Mas cabe questionar: quais são os verdadeiros prazeres? E será que toda dor ou desconforto devem ser evitados?

O autor de *Ética a Nicômaco* defende que é indispensável que os desejos sejam controlados de modo condizente com os fins benéficos, o que é denominado por ele como “virtude moral da temperança”. Não se trata de reprimir os desejos, mas sim de dar-lhes uma direção proposta corretamente. Destarte, o prazer e a dor devem ser avaliados de acordo com os benefícios que trarão a longo prazo, e não de forma imediatista e efêmera. A prática de atos virtuosos provocará a disposição para a virtude, ou seja, “a virtude é um hábito resultante da repetição de atos virtuosos que criam no indivíduo uma disposição para o bem” (FARIA, 1994, p.74).

O ser humano não nasce virtuoso, mas com a possibilidade de se tornar virtuoso. A repetição de atos virtuosos cria no indivíduo a disposição para a prática do agir correto. Para Aristóteles, é fazendo que se aprende a fazer, sua analogia é: assim como se aprende a construir construindo, a tocar um instrumento tocando, aprende-se a ser virtuoso praticando a virtude. E qual a relação da virtude com a felicidade? Na perspectiva aristotélica, a razão deve guiar os desejos para que o homem praticando atos virtuosos torne-se virtuoso, e essa harmonia entre a razão e o desejo irá contribuir para pavimentar o caminho rumo à eudaimonia, à felicidade.

A razão, além de nos diferenciar de outros seres vivos é a dimensão mais elevada do ser humano e, também, o seu desenvolvimento é condição para a felicidade. De acordo com o filósofo do Liceu, os deuses são bem-aventurados e felizes e nós possuímos em comum com eles a atividade racional. “A extensão da felicidade se identifica com a da especulação, ou seja, quanto mais um ser é especulativo, mais frui ele da felicidade” (2014, p. 381). Segundo o estagirita, o filosofar propicia maravilhosos prazeres, mas com isso Aristóteles não diz que a atividade racional é condição exclusiva para a felicidade. Ele também considera outros fatores que corroboram com a felicidade, como a saúde, o alimento e outros cuidados. “O fato, porém, da felicidade ser impossível sem bens externos não deve nos levar a pensar que exija muitas ou grandes coisas [...] é possível realizar atos virtuosos contando com moderados recursos” (ARISTÓTELES, 2014, p.381).

Conforme Pegoraro (2006, p.45), pode-se conceber, de forma abrangente, que a ética aristotélica “propõe pelo menos seis condições para ser feliz: a prática das virtudes, um círculo de amigos, boa saúde, suficiência de bens materiais, viver numa sociedade justa e a meditação filosófica” (2006, p.45). A prática das virtudes é o tema basilar da ética, e Aristóteles dedica boa parte de sua obra *Ética a Nicômaco* (livros II ao IX) em analisar como essa prática possibilita ao ser humano agir de forma ética. O estagirita considera a amizade como um elemento importante para a felicidade, uma vez que aqueles que vivem sozinhos, não tendo nem amigos, nem filhos, têm poucas chances de ser felizes. O autor de *Ética a Nicômaco* também considera a necessidade de um mínimo de recursos e bens materiais, imprescindíveis à sobrevivência, cuja falta poderia gerar carência e infelicidade. Contudo, o excesso dos mesmos também é visto como prejudicial, uma vez que podem desviar do caminho da virtude e corromper o ser humano.

Aristóteles também considera que a saúde é um bem desejado e sua falta pode gerar muitos desconfortos. Sobre a meditação filosófica, entende que aqueles que conseguirem se dedicar ao filosofar, a contemplação das verdades, atingirão o extrato superior da felicidade. Em relação a viver em uma sociedade justa, o filósofo do Liceu, concebe que essa é uma condição fundamental para a felicidade humana, uma vez que parte do pressuposto que o

homem é um ser social e político, ou seja, o ser humano necessita viver em sociedade e ao fazê-lo, necessariamente, estabelece relações sociais e deve lidar com as questões políticas.

Pode-se concluir, segundo Pegoraro, que “a ética e a política de Aristóteles visam dois pontos centrais: formar o cidadão para a justiça e gerenciar o bem comum a todos os cidadãos, através de um governo intencionado nessa direção” (2006, p.57). Sendo o homem naturalmente um ser político, a vida social é a condição imprescindível para que ocorra sua realização plena. Essa realização ocorrerá de modo mais satisfatório em uma sociedade governada com justiça e tendo como objetivo precípua o bem comum, componente essencial para uma felicidade coletiva.

Tais condições, explicitadas até aqui, podem ainda servir de parâmetro para refletirmos sobre a felicidade, tanto no âmbito individual, quanto no coletivo e social.

### **Algumas fontes da infelicidade, segundo Freud**

Freud, em *O mal-estar na civilização* (1978), entende, tal como Aristóteles, que a felicidade é o bem mais desejado pelos seres humanos. Querem, além de alcançar a felicidade, que essa condição seja mantida. E o que vem a ser a felicidade, no entendimento do pai da psicanálise? “O que chamamos de felicidade no sentido mais restrito provém da satisfação (de preferência, repentina) de necessidades represadas em alto grau, sendo, por sua natureza, possível apenas como uma manifestação episódica”. Quando qualquer situação prazerosa se prolonga, ela produz uma alegria tépida e que “somos feitos de modo a só podermos derivar prazer intenso de um contraste, e muito pouco de um determinado estado de coisas” (FREUD, 1978, P.141)

Assim, a felicidade encontra-se limitada a breves momentos, uma vez que ao conquistarmos o objeto do desejo, o contentamento inicial vai sendo atenuado gradativamente. Em seu texto, Freud nos lembra da advertência de Goethe, que diz: ‘nada é mais difícil de suportar que uma sucessão de dias belos, mesmo considerando que o poeta possa ter exagerado (Cf. 1978, p.141). Quem ilustrou bem esse processo foi o filósofo Schopenhauer ao dizer que vivemos em constante movimento pendular: quando não temos algo que desejamos, experimentamos dor e sofrimento; quando obtemos aquilo que desejamos, após uma satisfação inicial, encontramos o tédio (Cf. 2005, p.402). Mas se as condições para alcançar a felicidade são mais restritas, as ocasiões para alcançar a infelicidade são mais abundantes e fáceis. Freud apresenta três fontes: (...) de nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução (...); do mundo externo, que pode voltar-se contra nós com forças de destruição (...); e, finalmente, de nossos relacionamentos com os outros homens (FREUD, 1978, p.141).

Quanto a primeira fonte, podemos tentar mitigar o processo de decadência do nosso corpo, por meio de uma vida saudável, mas não há garantias plenas que conseguiremos e, mesmo assim, não se pode evitar o encontro inescapável com a morte. Em relação a segunda fonte, envolve elementos que estão fora do alcance de nossa vontade e, portanto, fogem ao nosso controle. Quanto a terceira fonte, ela tem relação na forma pela qual se constituiu a vida em sociedade. Considerando que os seres humanos se movem buscando a satisfação de seus desejos e possuem uma inclinação para a agressividade, Freud entende que a civilização se constitui colocando freios a esses elementos. “Se a civilização impõe sacrifícios tão grandes, não apenas à sexualidade do homem, mas também à sua agressividade, podemos compreender melhor por que lhe é difícil ser feliz nessa civilização” (1978, p. 170). Isso leva a uma espécie de paradoxo entre o desejo de felicidade e a vida em sociedade, uma vez que esta possui obstáculos intrínsecos à felicidade. Para Freud, não é possível ser feliz seguindo as exigências

que o princípio de prazer nos impõe, pois este entra em conflito com a vida social. Mesmo assim, essa busca não deve ser abandonada, pois pode se buscar caminhos aproximados.

Assim, diante de fontes tão poderosas para a infelicidade, as pessoas costumam moderar seu desejo de felicidade e condicionar o princípio de prazer ao princípio de realidade. As pessoas vão buscar várias formas para tentar driblar ou amenizar os mecanismos que causam a infelicidade, desde a resignação, afastamento social, busca por substâncias alucinógenas, sublimação dos instintos, etc. Mas, como assevera o autor de *Mal-estar na civilização*, “não existe uma regra de ouro que se aplique a todos: todo homem tem de descobrir por si mesmo de que modo específico ele pode ser salvo” (FREUD, 1978, p.146). Esse processo envolve elementos subjetivos, objetivos, constituição da psique, autoconhecimento, entre outros.

Um desses caminhos, que nos interessa considerar, é a sublimação dos instintos, em que a obtenção de prazer ocorre por meio do trabalho intelectual ou artístico. Segundo Freud, “[...] a alegria do artista em criar, em dar corpo às suas fantasias, ou a do cientista em solucionar problemas ou descobrir verdades, possui uma qualidade especial que, sem dúvida, um dia poderemos caracterizar em termos metapsicológicos” (FREUD, 1978, p.143).

O elemento débil dessa perspectiva, segundo Freud, é ser acessível a poucos, pois pressupõe certas disposições especiais que não são comuns na maioria das pessoas. Também é necessário considerar que o trabalho, se escolhido, pode ser considerado uma fonte de satisfação. “No entanto, como caminho para a felicidade, o trabalho não é altamente prezado pelos homens. Não se esforçam em relação a ele como fazem em relação a outras possibilidades de satisfação” (FREUD, 1978, p.144).

Freud chama atenção, neste texto, para o fato que a vida em sociedade impõe sacrifícios aos seus membros, uma vez que há vários elementos que contribuem para a infelicidade, mas isso não significa que deveríamos retornar ao modo de vida das comunidades tribais, pois estas também possuem vantagens e desvantagens. Em nossa vida em sociedade abrimos mão de parte de nossa liberdade, ou da realização dos desejos, em troca de mais segurança e justiça.

É necessário pensar formas de aprimorar a vida social, que propiciem mais felicidade individual e coletiva. Como fazer isso? Não há uma resposta simples, mas a educação com certeza pode ajudar nesta tarefa.

### **A educação pode contribuir com a felicidade?**

Como abordado anteriormente, o tema da felicidade é complexo, pois envolve elementos sociais, subjetivos, objetivos, constituição da psique, entre outros. Dentre seus componentes, a felicidade está relacionada ao conhecimento e autoconhecimento, que qualificam as experiências de vida, livrando as pessoas do sofrimento e da ignorância.

O conhecimento nos ajuda a compreender os problemas existenciais e a buscar soluções para os mesmos. Quanto mais aprendermos, melhor será nossa compreensão do mundo e, conseqüentemente, nossa interação com ele, pois poderemos tentar construir tudo aquilo que Aristóteles elenca como condições necessárias à felicidade: “a prática das virtudes, um círculo de amigos, boa saúde, suficiência de bens materiais, viver numa sociedade justa e a meditação filosófica” (PEGORARO, 2006, p.45). Mas, não estamos falando de qualquer tipo de conhecimento, mas daquele que tenha sentido e significado para a vida humana e que promova conscientização sobre o bem-estar individual e coletivo.

Alguns países trazem o tema da felicidade em seus princípios constitucionais, como a declaração de independência dos Estados Unidos, por exemplo, que assegura a busca da

felicidade como um direito inalienável. Atualmente, existem índices para mensurar o nível de felicidade das populações, que utilizam diversos indicadores, como os econômicos, os sociais, os subjetivos entre outros. Em 2011, a Organização das Nações Unidas (ONU) convidou os países membros a levantarem o índice de felicidade das suas populações, “utilizando variáveis como o PIB per capita real, a assistência social, a expectativa de vida saudável, a liberdade para fazer escolhas, a generosidade e percepções de corrupção”. Os indicadores relacionados à qualidade de vida e desenvolvimento humano das populações estão inter-relacionados ao nível de escolaridade e qualidade dos sistemas educacionais dos países avaliados. Segundo La Taille (2001), a felicidade está relacionada à formação ética, à vida com sentido pessoal e coletivo, ao que ele chama de “vida boa”, o que nos remete, inevitavelmente, à formação educacional.

A escola, num primeiro momento, é a instituição responsável pela aprendizagem formal das crianças e jovens; é ela que deve promover, durante a educação básica, os saberes essenciais ao desenvolvimento das potencialidades dos estudantes, que não se restringem somente a informações, mas abarcam atividades diversificadas que qualificam a ação humana. Para Freire, a educação transforma e emancipa as pessoas, promovendo sua liberdade, felicidade e cidadania plenas. Freire refere-se à educação dialógica, aquela que valoriza os saberes do dia a dia e permite a participação dos estudantes na construção do seu conhecimento (1996, p. 27).

Quando pensamos na palavra “conhecimento”, a primeira ideia que temos é de informações que alimentam nosso intelecto, mas sabemos que isso não é tudo. A Base Nacional Comum Curricular – BNCC apresenta o conceito de educação integral, e trata do conhecimento para além da dimensão intelectual, incluindo a física, a social, a afetiva, a moral e a simbólica no rol das aprendizagens escolares (BRASIL, 2018).

A BNCC apresenta a educação integral por meio de competências gerais, que perpassam todas as dimensões acima elencadas e todas as disciplinas e ações da escola. Por que competências? Porque o desenvolvimento de uma competência indica que variados tipos de conhecimento foram incorporados, qualificando as pessoas a usarem no seu dia a dia. Na BNCC, competência é definida como: “mobilização de conhecimentos (...), habilidades (...), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 8).

Das 10 competências gerais apresentadas, destacamos 5 que, no nosso ponto de vista, estão diretamente relacionadas à felicidade, pois despertam o potencial humano que existe em todos os sujeitos, a conscientização sobre o cuidado consigo mesmo, com o meio ambiente, com as relações interpessoais e da importância de ter um projeto de vida, conforme apresentaremos a seguir.

A primeira competência escolhida é a que trata da argumentação, pois o exercício da argumentação baseada em informações confiáveis promove a construção de repertório científico e decisões conscientes e assertivas que auxiliam na relação dos sujeitos com o mundo e “promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta” (2018, p.9). O desenvolvimento dessa competência proporciona a consciência de que as ações que temos interferem tanto na nossa vida pessoal quanto no nosso entorno. Os direitos humanos precisam ser discutidos, para que o estudante tenha a oportunidade de refletir sobre qual papel ele pode desempenhar na sua comunidade, exercendo sua cidadania e colaborando para a construção de uma sociedade mais justa, equânime e ética, em que todos possam usufruir do bem-estar coletivo e conviver em harmonia com o meio ambiente. Para desenvolver a argumentação é necessário que haja o exercício da reflexão, do diálogo, da empatia e do respeito às diversidades. Na concepção de Freire, “o ambiente da

escola pode-se constituir num dos espaços fundamentais aos seres humanos exercitarem as práticas de emancipação individual e coletiva” (2007, p. 98).

Outra competência voltada ao desenvolvimento humano é a que trata do autoconhecimento e autocuidado com experiências vivenciadas no cotidiano. “Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas” (2018, p.9). Essa competência retrata a responsabilidade pessoal e social. O cuidar de si e do próximo é um dos valores mais caros a ser cultivado. Ninguém consegue fazer o bem ao outro se não estiver bem consigo mesmo, portanto, é importante que a escola proponha atividades procedimentais e atitudinais que discutam formas de manutenção da saúde física e emocional dos estudantes. Quando eles conhecem suas potencialidades e fragilidades, fica muito mais fácil resolver tanto os conflitos intrapessoais quanto os interpessoais, que são os fatores que mais têm causado problemas emocionais. Os casos de automutilação, depressão e até suicídio entre os jovens estão alarmando as escolas e os educadores não sabem o que fazer com essas situações. A complexidade das questões humanas tem sido pouco compreendida, como aponta Morin (2006), pois a fragmentação, a disjunção e a simplificação do conhecimento não atendem mais aos anseios e às necessidades do mundo contemporâneo. A pós-modernidade está marcada por um período bastante conturbado, como afirmou Bauman (2001), complexo, com mudanças repentinas e cheio de incertezas, principalmente no Brasil, onde encontramos um abismo socioeconômico e poucas perspectivas de emancipação social para as classes menos favorecidas. O imediatismo, o consumismo desenfreado, o individualismo, a ética hedonista e a alusão à sexualidade são, entre outros problemas sociais, próprios da sociedade globalizada contemporânea, que precisam ser tratados.

Nesse sentido, a escola precisa rever suas práticas e criar espaços de diálogo, principalmente de escuta, para promover o autoconhecimento, o conhecimento dos pares e atender às necessidades de formação dos estudantes, em todas as suas dimensões. Na concepção de Sastre e Moreno, não aprendemos a reconhecer nossos sentimentos nem a lidar com as nossas emoções. “A escola nos preparou para atuar no mundo físico e material e não nos ensinou a resolver os conflitos nas nossas relações interpessoais” (2002, p.19).

Sastre e Moreno (2005), argumentam que aprender a resolver os conflitos e lidar com os próprios sentimentos ajudaria as pessoas a estabelecerem relações interpessoais mais saudáveis e a construir uma sociedade mais solidária. Acredita-se que a instituição de espaços sistemáticos de comunicação e participação são essenciais para o desenvolvimento dessa competência, pois é por meio deles que os estudantes poderão questionar, refletir, tratar dos seus problemas cotidianos, rever os valores sociais, além de conhecer e conviver com a diversidade de ideias, opiniões, culturas, entre outras. O desenvolvimento do autoconhecimento e do autocuidado promove a responsabilidade com o bem-estar pessoal e coletivo. Estimular o estudante a estar bem e superar as dificuldades que possam surgir no seu caminho de forma saudável e inteligente é condição fundamental para exercitar a sua autoestima e autorrealização.

Outra competência geral prevista na BNCC é a que trata da empatia e cooperação. Nos espaços dialógicos destinados à resolução dos conflitos, os estudantes aprendem a respeitar e ser respeitado, contribuindo com a garantia dos direitos humanos, “...com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza” (2018, p.10). Esta competência trata das relações sociais. Estimula o respeito às diversidades sociais, econômicas, culturais, políticas, de opiniões e a importância do diálogo para a resolução de possíveis conflitos



advindos dessas diversidades. Sabemos que cada um de nós tem uma história de vida e uma forma peculiar de compreender o mundo. É natural que conflitos de ideias e interesses surjam entre as pessoas e isso não tem o menor problema. A questão é como resolver essas divergências de forma respeitosa e consensual, pois a convivência na escola, na família e na sociedade deve ser harmoniosa e saudável. Preparar o estudante para compreender o ponto de vista e os sentimentos alheios, incentivando a criação de regras de convivência e organizando espaços para a resolução de conflitos coletivos e individuais deve fazer parte das aprendizagens proporcionadas pela escola.

Para Vinha e Tognetta (2009), os conflitos são naturais e devem ser vistos como oportunidades para a educação em valores e o desenvolvimento da autonomia moral nas crianças e jovens; portanto, os tempos e espaços de resolução dos conflitos e discussão dos problemas cotidianos da escola têm que ser sistemáticos e envolver todos os membros da comunidade escolar. Os valores morais (solidariedade, responsabilidade, princípios de justiça, respeito, liberdade...) precisam perpassar essas discussões. O incentivo à boa convivência é fundamental para a participação de grupos, trabalho em equipe, realização de projetos e outras atividades presentes na vida do estudante e no seu futuro pessoal e profissional.

A próxima competência trata da responsabilidade e promoção da cidadania. “Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários” (2018, p.10). Essa competência aborda a necessidade de perceber que somos todos responsáveis por nossas escolhas e que elas têm consequências pessoais e sociais. Podemos transformar a sociedade que vivemos com atitudes mais éticas, justas, sustentáveis e solidárias; portanto, nossas decisões têm que ser refletidas, responsáveis e sempre considerar o bem-estar comum. É uma competência que nos convida a refletir sobre nossos valores, direitos e deveres como cidadão.

Por fim, apresentamos a competência que trata do mundo do trabalho e da construção dos nossos projetos vitais, valorizando a diversidade e a responsabilidade pelas nossas escolhas, a fim de “(...) entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade” (2018, p.9). Esta competência, no nosso ponto de vista, incorpora todas as demais, pois o mundo do trabalho e a construção de um projeto de vida, na atualidade, exigem tanto competências técnicas quanto humanas, e acreditamos que é na nossa atuação profissional que conseguimos materializar todo nosso aprendizado.

O que é um projeto de vida? É um processo de autoconhecimento vinculado às nossas expectativas futuras: quais são nossas habilidades pessoais, quais são nossos sonhos e o que é necessário para realizá-los. Parece um processo simples, mas não é, pois exige responsabilidade pessoal, autoconhecimento e a busca de oportunidades para materializar o plano construído. Em alguns momentos, é necessário lidar com frustrações para superar eventuais dificuldades para não desistir durante o percurso e, se for necessário, reavaliar as escolhas.

O objetivo do desenvolvimento dessa competência é motivar os estudantes a planejarem ações presentes e futuras, refletir sobre seus valores pessoais e profissionais, ampliar sua visão de mundo, a fim de fazer escolhas éticas e responsáveis. Tais medidas podem ser contributivas para que os estudantes tenham em sua escolha profissional uma fonte de prazer e realização, que são elementos que convergem para a felicidade.

Notamos que o papel da escola desse nosso tempo é bastante complexo, diferente do ensino mecânico que tem sido oferecido até então. Esperamos que os responsáveis pela educação brasileira em nível federal, estadual e municipal realmente construam currículos que

abarcuem todas as expectativas de aprendizagem e contribuam para a realização pessoal, profissional, social e cidadã dos nossos estudantes e, conseqüentemente, para a sua felicidade.

### Considerações finais

O ser humano é um ser complexo e discutir o que vem a ser felicidade e como alcançá-la não é tarefa simples. Foram apresentados alguns aspectos sobre o tema na esperança de contribuir com o debate.

Os elementos apontados por Aristóteles, como componentes para a felicidade são difíceis de realizar. Assim como as objeções colocadas por Freud, nos levam a pensar que a felicidade é composta por experiências efêmeras, em meio a um mar de contrariedades pessoais e sociais. No entanto, esses dois pensadores também fornecem algumas pistas para trilhar um caminho em busca de maior felicidade ou bem-estar. Nesse caminho, acreditamos que a educação tem um papel fundamental.

É por meio da educação que o discente irá se conhecer melhor e poderá lidar de forma mais equilibrada com as relações de dor e prazer que fazem parte da vida. Como foi dito, não se trata de reprimir os desejos, mas sim de buscar dar-lhes uma direção benéfica. Segundo Aristóteles, o prazer e a dor devem ser avaliados de acordo com os benefícios que trarão a longo prazo, e não de forma imediatista e efêmera. A advertência de Freud, que não existe uma regra de ouro que serve para todos, não deve ser olvidada pela educação. Esse caminho para uma vida mais plena, envolve elementos subjetivos, objetivos, constituição da psique, autoconhecimento, entre outros. A sublimação dos desejos para a esfera de realizações artísticas, profissionais, intelectuais também pode ser incentivada pela educação, viabilizando que o aluno vislumbre a carreira ou profissão que pretende seguir.

Enfim, acreditamos que a educação tem um papel fundamental para propiciar que o discente lide melhor com as relações entre as exigências dos instintos e desejos, os preceitos éticos, as imposições sociais, os imperativos da razão, para que possa, assim, pavimentar o caminho rumo à obtenção de maior autonomia e aproximação com os elementos que compõem a felicidade, ou na medida do possível, consiga, pelo menos, evitar maior infelicidade.

### Referências

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Zahar, 2001.

BRASIL. **Base nacional comum curricular**. Brasília: DF, Conselho Nacional de Educação, 2018.

COBRY, I. **Vocabulário grego da filosofia**. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

FARIA, M. C. B. **Aristóteles: a plenitude como horizonte do ser**. São Paulo: moderna, 1994.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- FREUD, SIGMUND. O mal-estar na civilização. In: **Textos Selecionados**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Pensadores)
- LA TAILLE, Yves de. **Desenvolvimento moral: a polidez segundo as crianças**. Caderno de Pesquisas, São Paulo, n. 114, p. 89-119, nov. 2001.
- LENOIR, F. **Sobre a felicidade: uma viagem filosófica**. Trad. Vera Lúcia dos Reis. Rio de Janeiro: Objetiva, 2016.
- MARCONDES, D. **Textos básicos de ética: de Platão a Foucault**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre/RS: Sulina, 2005.
- PEGORARO, O. **Ética dos maiores mestres através da história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- SASTRE, G., MORENO, M. **Resolução de Conflitos – aprendizagem emocional**. Moderna, Sã98738-6624o Paulo/SP, 2005.
- SCHOPENHAUER, A. **O Mundo como Vontade e Representação**. São Paulo: UNESP, 2005.
- SPINELLI, Miguel. **Sobre as diferenças entre êthos com epsilon e êthos com eta**. Trans/Form/Ação, Marília, v. 32, n. 2, p. 9-44, 2009.
- VALLS, L. M. Álvaro. **O que é ética?** 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- VINHA, T.; TOGNETTA, L.P. Construindo a Autonomia Moral na Escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba/PR, v. 9, n. 28, set./dez, 2009.